

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
CAMPUS VII/CODÓ-MA
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

FRANCISCA MALENA SANTOS DA SILVA

**RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO
SÉCULO XX: UMA LEITURA DA ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA DE SALVADOR DE
MENDONÇA, RIO BRANCO, JOAQUIM NABUCO E DOMÍCIO DA GAMA**

CODÓ-MA

2022

FRANCISCA MALENA SANTOS DA SILVA

**RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO
SÉCULO XX: UMA LEITURA DA ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA DE SALVADOR DE
MENDONÇA, RIO BRANCO, JOAQUIM NABUCO E DOMÍCIO DA GAMA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliane Faria Corrêa Pinto

CODÓ-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Francisca Malena Santos da.
Relação Brasil-Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX: uma leitura da atuação diplomática de Salvador de Mendonça, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domicio da Gama / Francisca Malena Santos da Silva. - 2022.

52 p.

Orientador(a): Liliâne Faria Corrêa Pinto.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Imperialismo. 2. Pan-Americanismo. 3. Relação Brasil - Estados Unidos. I. Pinto, Liliâne Faria Corrêa. II. Título.

Francisca Malena Santos da Silva

Relação Brasil-Estados Unidos no final do século XIX e início do Século XX: uma leitura da atuação diplomática de Salvador de Mendonça, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título graduada em Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliane Faria Corrêa Pinto

Aprovada ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora- Professora Doutora Liliane Faria Corrêa Pinto
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Professora Doutora Edyene Moraes dos Santos
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Professor Doutor Samuel Correa Duarte
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

CODÓ-MA

2022

À memória da minha avó.

*Ninguém sabe aonde vai parar no caminho das concessões,
ninguém sabe conter-se no caminho das exigências.*

Domício da Gama

AGRADECIMENTOS

Por se tratar de um primeiro trabalho acadêmico a conclusão desse TCC me levou a uma retrospectiva de tempos muito anteriores ao momento atual.

Agradeço primeiramente a Deus pela sua graça e poder de mudar e escrever histórias a partir das situações mais improváveis.

Agradeço à minha família pelo suporte sem o qual teria sido impossível chegar até aqui, agradeço pela paciência de aturar os meus não e as minhas ausências.

Agradeço aos meus avós por sempre terem me incentivado a ter uma formação acadêmica, por terem sido os primeiros a quem na minha infância quis causar muito orgulho trazendo os bons resultados da escola. À minha avó por ouvir as resenhas dos livros que eu lia enquanto pegava e guardava a roupa seca do varal. À minha tia por nunca medir esforços para colocar ao meu alcance tudo que eu precisasse e por sempre apostar e acreditar em mim, ao meu tio e pai pelo carinho e presentes muitas vezes imerecidos.

Agradeço à Beth por ser como uma segunda mãe para mim, por sempre me ouvir e me dar conselhos tão sensatos.

Agradeço às minhas amigas de infância e irmãs, Thays e Wick, cuja companhia me influenciou a ser sempre uma pessoa mais disciplinada e mais esforçada, por serem a extensão da minha família e sempre estarem presentes nos melhores e piores momentos.

Agradeço à minha "Dindinha" por ter me introduzido no mundo da leitura desde muito cedo, sem esse incentivo o processo da escrita desse trabalho não teria tido tanta fluidez, agradeço também por ter me acompanhado na fase em que eu vivia um colapso na minha saúde corporal e emocional, por ter me levado a lugares incríveis, possibilitando que eu enxergasse outras perspectivas.

Agradeço às amigas que tive a sorte de construir durante a graduação: Thalia, Sinara, Taís, Isabela, David, Caio, Caroline, Raimundo e Wemerson. À Thalia pela leveza e companheirismo, por sempre me ouvir em todos os momentos. À Sinara pelo carinho, pela capacidade nata de ser a melhor anfitriã até mesmo na minha casa e por ser a dona das melhores receitas. À Taís pelo companheirismo e pelas caronas, à Isabela por, no começo do curso, ter tornado a hora de ir para casa uma total diversão, ao David e ao Caio por serem donos de um senso de humor surreal com poder de fazer perder a noção do tempo. À Carol por sempre tornar os maiores aperreios um processo mais sóbrio. Ao Raimundo pela positividade e otimismo. Ao Wemerson pela parceria e apoio durante a gestão no Centro

Acadêmico. Sem vocês a graduação teria sido um processo mais lento e difícil de suportar, posso afirmar que devo a vocês o fato de ter mantido a minha sanidade mental até aqui.

Agradeço à Professora Liliane por desde o primeiro momento ter recebido com entusiasmo a minha proposta de pesquisa, por ter sido a orientadora mais perfeita que eu poderia ter, pela paciência, por toda a confiança e liberdade dada a mim durante a construção desse trabalho.

Agradeço aos meus pets, Narock e Mofi por tornarem meus momentos de escrita mais ternos, macios e bem acompanhados.

Agradeço ao Professor Alexandre pelas contribuições em seu grupo de pesquisa, cujas discussões me conduziram a trabalhar com esse tema.

À Professora Edyene e ao Professor Samuel por aceitarem participar da banca e contribuírem com o meu trabalho.

Aos professores Alex, Jascira, Aragão, Fabiana, Roneide, Raquel, Suly Rose, Domingos e Jonas pelas trocas de conhecimento e por se tornarem direta e indiretamente referências para minha vida profissional.

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação Brasil-Estados Unidos entre o final do século XIX e início do século XX por meio da atuação diplomática de Salvador de Mendonça, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama. Para alcançar tal objetivo, recorreremos a fontes bibliográficas e consultas a fontes documentais. A instauração de regimes republicanos no continente americano, a demanda por matérias-primas e de mercado consumidor gerada pelo advento da industrialização no fim do século XIX levaram à propagação de discursos e aparatos ideológicos, como o Destino Manifesto, Doutrina Monroe e o Pan-Americanismo, por parte dos EUA com o objetivo de justificar as ações imperialistas do país e de dar a sua conduta um aspecto paternalista e benevolente que lhe garantisse a extração de insumos. O imperialismo estadunidense encontrou fortes adeptos no Brasil tendo em Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco seus principais partidários, tal postura trouxe alguns prejuízos para o Brasil e seu relacionamento com outros países, gerando algumas divergências no corpo diplomático.

Palavras Chave: Relação Brasil-Estados Unidos, Pan-Americanismo, Imperialismo

ABSTRACT

This work analyzes the relationship between Brazil and the United States between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century through the diplomatic actions of Salvador de Mendonça, Rio Branco, Joaquim Nabuco and Domício da Gama. To achieve this objective, we resorted to bibliographical sources and consultations to documentary sources. The establishment of republican regimes in American continent, the demand for raw materials and the consumer market generated by the advent of industrialization at the end of the 19th century led to the propagation of ideological discourses and apparatuses, such as Manifest Destiny, Monroe Doctrine and Pan-Americanism, by the US with the aim of justifying the country's imperialist actions, in an attempt to give its actions a paternalistic and benevolent aspect that would allow the supply of inputs. US imperialism found strong supporters in Brazil, having Salvador de Mendonça and Joaquim Nabuco as its main representatives, such a posture brought some damage to Brazil and its relationship with other countries, generating some diplomatic disagreements.

Keywords: Brazil-United States Relationship, Pan-Americanism, Imperialism

LISTA DE IMAGEM

Figura 1	Motor Corliss sendo acionado pelo Presidente Grant e por D. Pedro em ilustração no Jornal O Novo Mundo.	21
Figura 2	Imperatriz no Pavilhão das Senhoras, e o Presidente Grant declarando aberta a Exposição em ilustrações no Jornal O Novo Mundo.	22
Figura 3	Fotografia do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia (1876)	23
Figura 4	Fotografia da parte externa do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia (1876)	23
Figura 5	Rios Purus e Javari	30
Figura 6	Charge da edição 196 de 15 de julho de 1902 do Jornal do Brasil	31
Figura 7	Linha divisória do Tratado de Ayacucho	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	16
Do Império à República: breve histórico da Relação Brasil- Estados Unidos.....	16
1.1 A viagem de D. Pedro II à Filadélfia	21
1.2 A Conferência de Washington e o alinhamento aos Estados Unidos	25
CAPÍTULO 2.....	27
Pan-Americanismo e Monroísmo: da submissão de Salvador de Mendonça às divergências entre Rio Branco e Nabuco.....	27
2.1 A Revolta Armada	29
2.2 Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores.....	30
2.3 A criação da embaixada brasileira em Washington.....	34
2.4 A Conferência de Haia de 1907	36
CAPÍTULO 3.....	39
Críticas ao imperialismo estadunidense a partir da atuação de Domício da Gama e da obra de Eduardo Prado.....	39
3.1 <i>A ilusão americana</i> de Eduardo Prado	39
3.2 Domício da Gama	43
3.3 Domício da Gama e a questão do truste do café.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
FONTES DOCUMENTAIS.....	50
BIBLIOGRAFIA GERAL	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Brasil e Estados Unidos na Primeira República brasileira a partir da atuação diplomática de Salvador de Mendonça, Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama. O recorte temporal se situa entre o final do século XIX e início do século XX. Para alcançar tal objetivo recorreremos a fontes bibliográficas e consultas a fontes documentais.

O estabelecimento da república no Brasil ocasionou o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, resultando em uma mudança do eixo diplomático de Londres para Washington, culminando na criação da embaixada brasileira em Washington em 1905. Esse movimento foi visto como um grande passo diplomático: na época apenas um país sul-americano – México – mantinha embaixada nos Estados Unidos e não havia embaixada estadunidense no Brasil.

Segundo Elena Vedoveli, há dois tipos de interpretações sobre a natureza da mudança de eixo de Londres para Washington. A primeira atribui a mudança a forças históricas impessoais: o governo brasileiro teria sido forçado a fazer essa escolha em função da marcha das transformações no cenário mundial. A segunda, ela atribui à capacidade de Rio Branco de analisar o cenário internacional e alinhá-lo às necessidades domésticas do Brasil. De certo modo, as duas interpretações são complementares, ambas caracterizam a ascensão do Estados Unidos em detrimento da Europa, que cada vez mais perdia força com as sucessivas independências latino-americanas.¹

Os estadunidenses emergiam no panorama mundial como um forte concorrente da Europa, através da difusão da Doutrina Monroe, da ideologia do Destino Manifesto e do Pan-Americanismo, o país adotava uma postura ativista e intervencionista baseada na cooperação entre os países americanos e no reconhecimento da superioridade dos Estados Unidos.

A indústria cafeeira também teve importante papel nessa aproximação, na Primeira República a exportação do café constituía a base da economia brasileira. Em 1891 sob a atuação de Salvador de Mendonça, o Tratado de Reciprocidade é assinado, esse tratado, também conhecido como acordo Blaine-Mendonça, garantiu ao Brasil exceções e reduções tarifárias para seus produtos, especialmente o café, em troca o Brasil concedeu reduções de 20 a 30% aos produtos provenientes dos EUA.²

Entretanto, a relação entre os dois países nunca representou um palco de concordâncias. Eduardo Prado, por exemplo, em 1893 publica *A ilusão americana* em que

¹ FRANCISCO, 2010, p. 94

² HIRST, 2011, p. 17

reprova a amizade brasileira com os estadunidenses. Uma das críticas estava relacionada ao temperamento dos Estados Unidos, o autor considera-os frios e egoístas e afirmava que o Brasil não enxergava isso por ter sido ludibriado pelos interesses daquele país. Defendia também que a principal intenção dos Estados Unidos ao firmar tratados comerciais era estabelecer um monopólio. Eduardo Prado considerava também que não havia por parte dos Estados Unidos um bom tratamento para com os representantes brasileiros.

Outro crítico da relação com os estadunidenses foi Domício da Gama. Na visão desse embaixador brasileiro, também não havia reciprocidade na relação entre os dois países e as atitudes dos representantes brasileiros colocavam o Brasil em uma posição caudatária e ausente de poderes de negociações. Por outro lado, tínhamos crédulos como Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco que preconizavam a submissão aos EUA como algo devido e como fonte de prestígio e segurança.

Assim, esse trabalho conta com três capítulos, o primeiro faz uma retrospectiva histórica da relação Brasil-Estados Unidos, perpassando pela independência, pelas relações comerciais pautadas no café e no algodão, seguindo para a Guerra do Paraguai, Guerra de Secessão e tentativa de implantação de uma empresa binacional na Amazônia no ano de 1862; depois para a viagem de D. Pedro II à comemoração do Bicentenário da Independência dos EUA.

O segundo capítulo parte para o período republicano focando na atuação de Salvador de Mendonça enquanto agente responsável pelo alinhamento junto aos Estados Unidos e pela estabilização do regime republicano no Brasil. O capítulo trata também da criação da embaixada brasileira em Washington através de Rio Branco, da sua atuação pautada na definição dos limites territoriais brasileiros, na manutenção da soberania nacional e das divergências com o embaixador Joaquim Nabuco.

Por fim, o terceiro capítulo trata das críticas ao imperialismo estadunidense a partir da visão de Domício da Gama e dos conflitos mediados por ele e, do livro *A ilusão americana* de Eduardo Prado.³

Ao fim, pôde-se constatar que as concepções de Salvador de Mendonça e Nabuco na aproximação com os Estados Unidos e o reconhecimento das intenções por trás das cordialidades dos EUA por parte de Rio Branco, Domício da Gama e de Eduardo Prado foram

³ A ilusão americana foi um livro publicado no ano de 1893, essa obra refletia o partidarismo de seu autor, Eduardo Prado, ao regime monárquico e sua oposição à implantação do sistema republicano no Brasil. Por meio transcrição de discursos de autoridades estadunidenses e da narração do intercurso de alguns conflitos, o autor tenta refutar a fraternidade dos EUA. A primeira edição do livro foi apreendida por ser publicada num momento em que o protetorado estadunidense se consolidava por meio da atuação diplomática de Salvador de Mendonça de sua intervenção na Revolta Armada.

complementares entre si, à medida em que juntas permitiram a implantação e estabilização do regime republicano e impediram o avanço desmedido do imperialismo dos EUA no Brasil.

CAPITULO 1

Do Império à República: breve histórico da Relação Brasil- Estados Unidos

A Primeira República brasileira corresponde ao período entre a Proclamação da República, em novembro de 1889, e a Revolução de 1930, ocorrida entre outubro e novembro de 1930. Estudiosos desse período apresentam um consenso quanto ao protagonismo dos militares e quanto à atuação das oligarquias regionais, contudo alguns autores apontam outros fatores que influenciaram o evento da Proclamação e o intercuro desse período e que se tornaram determinantes para as relações internacionais e acordos firmados nesta época.

Essencialmente, a República brasileira representou triunfo dos interesses da camada mais favorecida economicamente. O império representava uma barreira econômica para os proprietários rurais que visavam a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária. Os militares buscavam posição de maior prestígio e poder, após o esforço despendido na guerra do Paraguai, julgavam-se merecedores de reconhecimento.

Para os militares, a república representava uma solução definitiva para um regime “dominado por uma elite bacharelesca que desrespeitava a classe militar”⁴. Na construção de uma versão oficial, os jornais e editoriais contemporâneos apresentavam algumas controvérsias sobre a nomeação do título de fundadores e consolidadores do regime republicano, os principais nomes envolvidos na busca dessas titularidades foram: Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva.

Benjamin Constant recebia, junto com Deodoro, o atributo de fundador, sua atuação tem maior evidência no campo intelectual. José Murilo de Carvalho elenca alguns dos adjetivos dados a ele: “o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, a cabeça pensante, o preceptor, o mestre, o ídolo da juventude militar [...] o professor, o teórico, o portador de uma visão da história, de um projeto de Brasil.”⁵

À Quintino Bocaiúva pertence a autoria da maior parte do Manifesto Republicano de 1870, em 1889 foi eleito presidente do Partido Republicano Brasileiro, por esse motivo coube a ele a representação de todos os civis favoráveis ao regime republicano. Bocaiúva era partidário à aliança com os militares: “Sem a força armada ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura [...] mas principalmente uma derrota antecipada”⁶

No entanto, a figura de Deodoro é a que possui maior unanimidade quando o assunto é a fundação da República, o famoso quadro de Henrique Bernardelli contribuiu para a

⁴ CARVALHO, 1990, p. 39

⁵ *Ibidem*, p.40

⁶ BOCAIÚVA apud CARVALHO, 1990, p. 36

cristalização do protagonismo deodorista. Em *A Proclamação da República*, enquanto Deodoro da Fonseca ocupa o primeiro plano da imagem e a posição central, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva ocupam o segundo plano da obra. A Benjamin Constant caberia apenas o papel de articulador ideológico, a adesão dos oficiais do exército, por conseguinte, o evento da Proclamação, teria ocorrido através de Deodoro e de sua liderança exercida sobre as tropas militares.

A abolição da escravatura também constituiu um elemento central na dissidência monárquica e no cenário econômico que antecedeu a República:

Na medida em que a Abolição surgia como inevitável enfraquecia-se o apoio dos proprietários rurais à Monarquia e, portanto, ampliavam-se as perspectivas de expansão do republicanismo [...] Decretada a Abolição, a situação tomou-se francamente favorável à propaganda antimonárquica [...] após o 13 de maio, assumindo feição de desinteresse pela sorte de um sistema político que não garantira sua maior riqueza, não os indenizara e parecia não se empenhar em oferecer-lhes reais alternativas à crise econômica em que viviam.⁷

Com a abolição, a economia do país, sustentada pelo setor agrário, passou a vivenciar o encarecimento da mão de obra e o consequente endividamento dos proprietários rurais.

As províncias buscavam uma melhoria econômica. Para os republicanos fluminenses, a instauração do novo regime resolveria os problemas relacionados à mão de obra, que já não era mais escrava, e recuperaria a economia. Já os paulistas tinham expectativa de maior autonomia na administração da riqueza que a economia cafeeira proporcionava ao seu território

Para os proprietários rurais, o federalismo estadunidense como modelo republicano era o mais conveniente. Nos Estados Unidos, esse modelo demonstrou ser adequado aos interesses dos ex-proprietários de escravos, porém, no Brasil esse modelo configuraria a consagração da desigualdade social agravada principalmente pela ausência de políticas de não incorporação dos ex-escravos à sociedade.⁸

Diante dessas características, a instauração do regime republicano no Brasil não foi visto nos Estados Unidos como algo definitivo, o reconhecimento veio através da atuação de Salvador de Mendonça enquanto ministro plenipotenciário após a Proclamação da República.⁹

Contemporânea à crise monárquica e à implantação do regime republicano no Brasil estava a política externa estadunidense fundamentada em ideologias como a Doutrina Monroe (1823), o Destino Manifesto (1845) e o Pan-Americanismo (1889-1890). O país buscava intensificar as relações com todo o continente americano com o objetivo de

⁷ FERREIRA, 1989, p. 36.

⁸ *Ibidem*, p. 24

⁹ BUENO, 2011, p.164

incentivar a instituição de várias repúblicas adotando uma posição redentora, resolutiva e progressista no continente americano.

A Doutrina Monroe foi elaborada pelo presidente James Monroe¹⁰ e tinha o objetivo de impedir que as potências europeias retomassem as antigas colônias, de modo que qualquer manifestação nesse sentido seria considerada inamistosa pelos Estados Unidos. Já a doutrina do Destino Manifesto foi uma ideologia estadunidense segundo a qual o expansionismo daquele país era um desígnio divino e sua influência mundial seria apenas consequência disso.

O Pan-Americanismo trazia uma diplomacia que visava amenizar as consequências da política do *Big Stick* praticada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt. Essa política se caracterizou por um forte intervencionismo militar justificado como uma forma de proteção necessária aos países da América Latina por ocasião da primeira guerra mundial.

Todo esse aparato político e ideológico vestido de cordialidade e paternalismo constituiu na verdade uma reedição do imperialismo. Samir Amin caracteriza o imperialismo como um item imanente à expansão do capitalismo enquadrando-se na estratégia hegemônica dos Estados Unidos com o objetivo de estabelecer o controle militar sobre o mundo inteiro garantindo dessa forma o acesso privilegiado a todos os recursos naturais do globo e, dessa maneira, forçar os países subalternos a se submeterem à condição de vassalos.¹¹ Hobsbawn acrescenta ainda a esses objetivos, a criação e preservação de mercados consumidores. Nas Américas, a Doutrina Monroe teve efetividade à medida em que “a situação das colônias europeias sobreviventes estava congelada pela Doutrina Monroe: só os EUA tinham liberdade ação.”¹²

O estabelecimento da república no Brasil ocasionou o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, resultando em uma mudança do eixo diplomático de Londres para Washington, fato que teve como principais mediadores Salvador de Mendonça, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) e Joaquim Nabuco.

Embora a ideia da existência de uma total submissão à supremacia norte americana prevaleça na historiografia, houve momentos em que o Brasil estabeleceu alguns limites à hegemonia estadunidense, estabelecendo um convívio permeado por algumas divergências. A trajetória da relação entre os dois países durante a monarquia, o comércio e a política externa imperialista estadunidense durante o século XIX e início do século XX foram essenciais no

¹⁰ James Monroe foi o quinto presidente dos EUA, sendo o último dos *founding fathers* a governar o país. Ocupou a presidência entre os anos de 1817 a 1825.

¹¹ AMIN, 2005, p.84 e p.98

¹² HOBBSAWN, 2010, p. 108 a 115

intercurso dessa aproximação. A amizade entre os dois países data antes mesmo da Independência. Dunshee Abranches demonstra esse fato relembando o apoio de Thomas Jefferson¹³ durante o processo de Independência do Brasil:

Primeiro paiz a reconhecer a nossa independencia, animando-nos sem cessar desde 1787 pela palavra de Jefferson e de outros notáveis estadistas a nos constituirmos em povo autonomo e soberano e amparando-nos, no momento decisivo, com o seu apoio moral, já prestigioso e acatado no concerto das grandes nações, era natural que viessem cedo a gozar também do tratamento de nação amiga e mais favorecida perante o Império nascente.¹⁴

A diferença de regimes de governo entre os dois países fez com que durante a maior parte do século XIX a aproximação entre eles se desse predominantemente no sentido comercial onde a exportação de café exercia um papel central refletindo nas decisões da Monarquia: a livre navegação no Rio Amazonas foi permitida em 1866, e a entrada de imigrantes dos Estados Unidos passou a crescer na mesma época.¹⁵

Uma maior priorização¹⁶ aos estadunidenses foi dada a partir de 1870 através do movimento republicano. A partir dessa década, as referências europeias tornaram-se secundárias. As atenções foram voltadas ao continente americano por meio da prática imperialista e “solidária” dos estadunidenses e de sua organização federalista, pautada na autonomia das províncias e que constituía o modelo mais conveniente para as províncias brasileiras que lideravam o movimento republicano.

Havia também por parte do Brasil o desejo de diminuir a influência da Grã-Bretanha que predominava através de alguns investimentos principalmente na construção ferroviária e no financiamento público. A aproximação dos Estados Unidos representava a possibilidade de um maior controle de sua economia a partir do protecionismo alicerçado no expansionismo estadunidense.¹⁷

A exportação do café brasileiro pelos americanos e a importação do algodão estadunidense foi o principal elo entre os dois países antes do estabelecimento do regime republicano no Brasil. Os Estados Unidos detinham o monopólio do algodão, fato que é apontado por Abranches como argumento para concessões monetárias aos EUA nas negociações do café: o algodão é colocado como mercadoria superior por possuir uma maior

¹³ Thomas Jefferson é considerado um dos pais fundadores dos EUA e um dos principais redatores da Declaração de Independência. Foi o terceiro presidente dos Estados Unidos, governando entre os anos 1801 a 1809.

¹⁴ ABRANCHES, 1909, p. 13

¹⁵ BANDEIRA, 1978, p. 118-21

¹⁶ Antes do movimento republicano o sistema de governo estadunidense era visto de forma negativa, sendo considerado um gerador da tirania popular (cf. ALENCAR, 1868, p. 14-15) e inadequado para o Brasil pelo fato de a população não possuir interesse pela coisa pública (cf. ALVIM, 1876, p. 16-17).

¹⁷ SINGER, 2006, p. 406-409

garantia de autenticidade ao passo que o café não era visto pelo Brasil como um item exclusivo, sendo produzido por vários países, acrescentando-se a esse fato a facilidade de adulteração do café. Por esse motivo, o café era vendido a preços baixos não havendo razão de procurar “por meio de defeituosos sistemas monetários” um aumento do preço do café.¹⁸

Os Estados Unidos eram também o maior comprador do café brasileiro, apresentando constantemente altas taxas de crescimento, ao passo que na Europa apresentava um comportamento mais estacionário. Entre 1 de julho de 1869 e 30 de junho de 1870, período conhecido como ano da colheita do café, a Europa importou 783.697 sacas, os EUA, 1.164.353, dando provas da sua importância comercial se comparado à Europa.¹⁹

Mas, não só de tratados e concessões comerciais se fez a relação bilateral Brasil-EUA no período que antecedeu a República. Tendo em vista o comportamento hegemônico dos Estados Unidos no trato com outros países, algumas vezes fez-se necessária ao Brasil uma atitude pautada na imposição de limites, um exemplo histórico da necessidade dessa imposição foi a tentativa frustrada dos EUA de instalar uma empresa binacional de colonização na Amazônia no ano de 1862.

O intermediário dessa proposta foi James Watson Webb, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos e um antiabolicionista que via a libertação de escravos como um perigo para a sociedade estadunidense. Em carta a William Henry Seward, secretário de Estado de Lincoln, afirmou:

“Não é apenas do interesse dos Estados Unidos e absolutamente necessário para sua tranquilidade interna que se livre da instituição da escravidão, mas também, em consequência do preconceito de nosso povo contra a raça negra, se torna indispensável que o negro liberto seja exportado para fora de nossas fronteiras, pois conosco ele jamais poderá gozar de igualdade social ou política”²⁰

Webb utilizava como principal argumento a suposição de que o Brasil sofria de um “estado crônico de falta de mão-de-obra” devido ao aumento no preço de escravos no Rio de Janeiro. Atribuía ainda um caráter filantrópico ao projeto para os negros estadunidenses afirmando que a constituição brasileira reconhecia todos os homens como iguais, sem distinção da cor da pele, e igualmente elegíveis aos mais altos cargos do império. Para ele, no Brasil a distinção social estaria quase erradicada. O contrato teria duração de 20 anos, entre as propostas constava o objetivo de “preparação para o gozo da liberdade” que funcionaria da seguinte forma: as pessoas introduzidas no país trabalhariam em regime de aprendiz e seus

¹⁸ ABRANCHES, 1909, p. 16

¹⁹ *Ibidem*

²⁰ Webb em carta ao secretário de Estado de Lincoln, William Henry Seward. Apud HAAG, 2009, p. 81

trabalhos durante o período de cinco anos e um mês, a contar do seu desembarque, seria de propriedade do concessionário.

Além do interesse de deportar os negros libertos dos EUA, estava incutido na proposta de criação da binacional o objetivo de tomar a Amazônia, intuito que era considerado um dever por parte da doutrina do destino manifesto: “Quem vai povoar o vale do poderoso Amazonas? Aquele povo imbecil e indolente ou ele será desenvolvido por uma raça com energia e engenhosidade capaz de domar a floresta e trazer à tona os recursos que jazem ali?”²¹

A proposta estadunidense recebeu um não como resposta. O plano de colonização da Amazônia veio num momento em que o Império já trabalhava no estabelecimento de limites de navegação e proteção do Amazonas e seus afluentes, quando o Brasil já começava a fazer esforços diplomáticos para segurar o avanço norte-americano sobre a soberania do Império e visava proteger a Amazônia de intrusões comerciais estrangeiras, especialmente pelo fato de o comércio de borracha já estar se firmando como uma fonte significativa de lucros.

Corroborando com o argumento negativo ao projeto, os planos de imigração e colonização no Brasil estavam orientados no sentido do ‘branqueamento’ da população brasileira.²² A diplomacia brasileira enxergava também as pressões norte-americanas como tentativas camufladas de anexação da Amazônia, tal como havia ocorrido alguns anos antes com os territórios correspondentes ao Texas e à Califórnia²³, onde alguns aventureiros foram infiltrados com o objetivo de conquistar a simpatia da população e gerar movimentos separatistas.

Outros eventos que ilustram essas divergências foram a Guerra de Secessão e a Guerra do Paraguai. Durante a guerra civil dos Estados Unidos, o Brasil apoiou os confederados, escravistas e defensores da produção agrícola em detrimento dos unionistas, favoráveis à industrialização. Essa postura brasileira trouxe como principal consequência a rivalidade dos EUA durante a Guerra do Paraguai, o representante norte-americano naquele país se colocou à disposição das forças paraguaias, o que forçou o comandante das forças brasileiras a impedir a saída e a entrada de estadunidenses por meio do contingente militar brasileiro, terminando com a suspensão das relações entre os dois países.

1.1 A viagem de D. Pedro II à Filadélfia

²¹ Matthew Fontaine Maury em carta à William Herndon, encarregado pela Marinha dos EUA na Amazônia. HAAG, 2009, p. 84.

²² Barbara Weinstein apud HAAG, 2009, p. 84

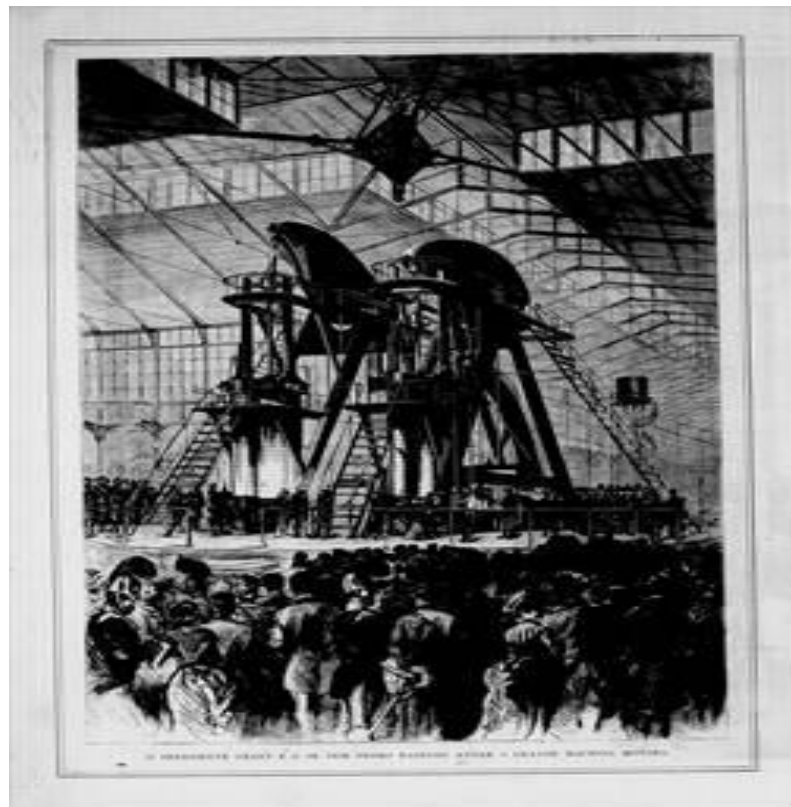
²³ PEREIRA, 2009, p.40.

Certamente no ano de 1876 esses conflitos (negativa de implantação da binacional de colonização na Amazônia, divergências nas Guerras de Secessão e do Paraguai) já haviam sido dirimidos. No dia 15 de abril daquele ano, D. Pedro II embarca numa viagem para os Estados Unidos. Essa viagem foi considerada um sucesso diplomático e fertilizou o terreno para as relações no início da república brasileira.

O motivo da viagem foi o convite do Presidente Ulysses Grant para a Exposição Universal da Filadélfia – *A Centennial Exhibition* – que celebraria o Centenário da assinatura da Declaração de Independência dos EUA. A Exposição durou entre 10 de maio e 10 de novembro de 1876. Essas exposições eram comuns durante o século XIX, nelas eram divulgadas as mais recentes criações das ciências, arte, técnica e cultura.

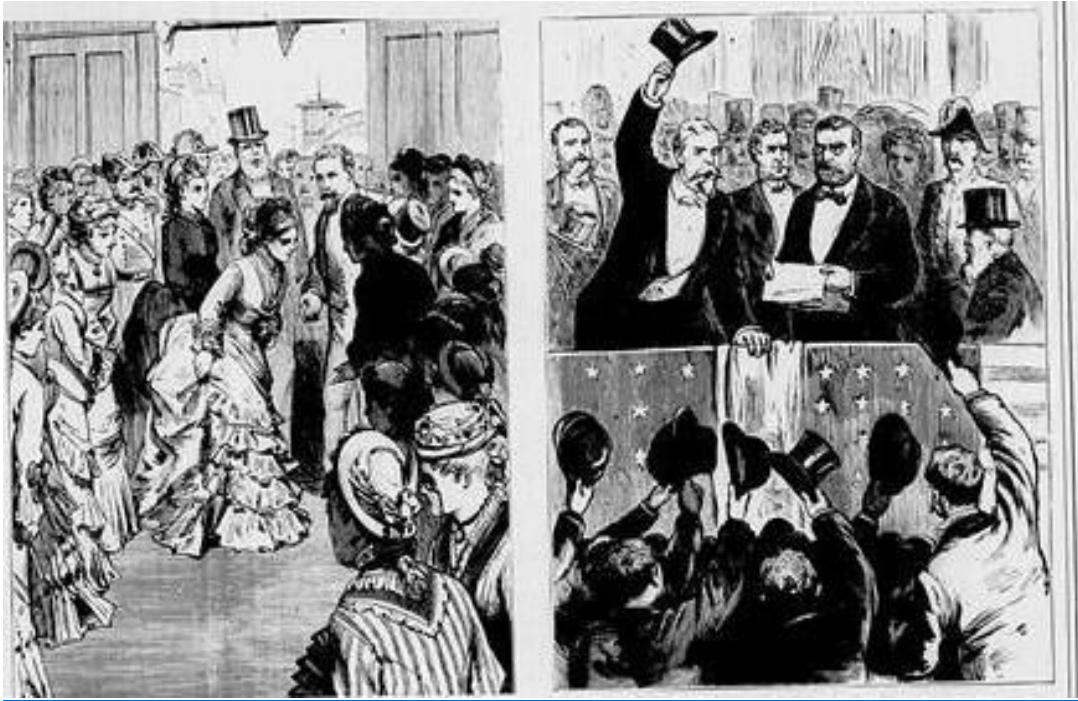
A cordialidade dos estadunidenses para com o imperador pôde ser comprovada em várias ocasiões. D. Pedro II, a convite de Grant, participou da cerimônia de abertura da Exposição, junto com D. Teresa Cristina Maria, o Presidente Ulysses Grant e sua esposa Julia Dent Grant. Durante a solenidade de inauguração, houve a demonstração de um gerador, o Presidente Grant e D. Pedro acionaram o motor (Figura 1) e D. Teresa Cristina participou com a Sra. Grant da abertura do Pavilhão das Mulheres (Figura 2).

Figura 1 – Motor Corliss sendo acionado pelo Presidente Grant e por D. Pedro em Xilogravura da edição 05068 de 27 de maio de 1876 do Jornal *O Novo Mundo*.



Fonte:Hemeroteca Nacional Digital

Figura 2– Imperatriz no Pavilhão das Senhoras, e o Presidente Grant declarando aberta a Exposição em Xilogravura da edição 05068 de 27 de maio de 1876 do Jornal *O Novo Mundo*.



Fonte:Fonte:Hemeroteca Nacional Digital

Outra novidade mostrada ao público foi o telefone de Alexander Graham Bell:

D. Pedro participou da experiência: “Meu Deus, isto fala! ”, exclamou admirado ao ouvir pelo receptor do telefone a voz de Graham Bell, que estava à distância com o transmissor. O Imperador foi o primeiro a comprar ações da empresa Bell Telephone Company, e um dos primeiros a possuir telefone residencial, no Palácio de Petrópolis, poucos anos mais tarde.²⁴

No evento, o Brasil expôs produtos agrícolas como café, açúcar, algodão, tabaco, erva-mate, havia também produtos tropicais, minerais, itens manufaturados como mobiliário, vestuário, peças de artesanato e material bélico. Foram expostas obras de arte: pinturas, esculturas e fotografias. Entre os pintores, estavam Pedro Américo e Vitor Meireles, e trabalhos de importantes fotógrafos, como Marc Ferrez, Joaquim Insley Pacheco, Felipe Augusto Findanza e outros.

A Seção brasileira contou com espaços nos principais pavilhões, inclusive no pavilhão central. O Brasil foi um dos poucos países a construir um pavilhão exclusivo, contando com um específico para servir café brasileiro (Figuras 3 e 4)

²⁴ BNDIGITAL, 2020

Figura 3– Litogravura do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia (1876)



Fonte: BNDigital (intervenções nossas).

Disponíveis em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon841440.jpg

Figura 4– Litogravura da parte externa do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia (1876)



Fonte: BNDigital.

Disponíveis em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon841439.jpg

A proximidade resultante dessa viagem trouxe como um dos frutos a tentativa de estabelecimento de uma união aduaneira em 1887. Sob a atuação diplomática de Salvador de Mendonça como cônsul em Nova York, o Presidente Grover Cleveland propôs uma união aduaneira alegando que havia um desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois países a favor do Brasil, Mendonça prontamente concordou apontando o fato de o Brasil importar dos Estados Unidos apenas uma oitava parte da mesma ação por parte deles e levando em conta que os norte-americanos já se encaminhavam para se tornar o maior mercado consumidor de café do mundo, e o Brasil, seu maior produtor.²⁵

A apresentação da proposta passou por várias lideranças do Brasil, tais como o imperador Dom Pedro II que, por causada viagem à Filadélfia em 1876, recebeu a proposta com simpatia. Em 2 de janeiro de 1889, a comissão formada para analisar o comércio com os Estados Unidos acordou que a importação de alguns produtos, como o algodão, a farinha de trigo e o querosene, sem taxaço, poderia concorrer com a produção brasileira e beneficiar outras nações e que o Brasil poderia oferecer isenção de direitos sobre o querosene estadunidense em troca da livre entrada do açúcar brasileiro nos EUA, entretanto a proposta do acordo aduaneiro em si foi rejeitada. A rejeição brasileira a esse acordo aduaneiro fazia parte de uma estratégia de afastamento em relação aos vizinhos sul americanos e aos Estados Unidos à medida em que essa aproximação representava um distanciamento do governo monárquico que se via cada vez mais abalado por conta das críticas tecidas pelo crescente grupo de republicanos.²⁶

1.2 A Conferência de Washington e o alinhamento aos Estados Unidos

As reservas ao alinhamento com os Estados Unidos na política externa deixaram de existir a partir da Proclamação da República, momento em que essa proximidade se fez necessária pelo fato de dentro do continente americano e mundialmente os EUA constituírem uma potência. Além disso, dentro da América Latina, o Brasil era o único país em que ainda vigorava a monarquia, circunstância que é colocada como fonte de hostilidade e sinônimo de exclusão entre os países vizinhos desde o Manifesto Republicano:

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa passamos

²⁵ PEREIRA, 2009, p.74.

²⁶ *Ibidem*, p.75

por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão.
²⁷

Assim, o alinhamento aos Estados Unidos era um comportamento esperado e conveniente ao Brasil. O primeiro momento após a Proclamação da República que representou a disposição brasileira em aproximar-se dos EUA se deu na aceitação do convite para participar da Primeira Conferência Pan-Americana em Washington que seria realizada no de 1881, mas foi adiada por oito anos. Nesse período, o Brasil já vivia sob a agitação dos ideais republicanos que haviam ganhado mais força a partir da década de 1870 por meio do Manifesto Republicano.

Os discursos nessas conferências consistiam na argumentação para a instalação do regime republicano e na retórica de difusão das ideologias estadunidenses objetivando fortalecer a esfera de poder e expandir o mercado comprador dos produtos estadunidenses.²⁸ Por esse motivo, não era interessante para o Brasil participar de nenhuma delas, visto que esses eventos iam de encontro ao regime monárquico e aos interesses brasileiros em relação ao tráfico de escravos.²⁹ Antecederam à Conferência de Washington: o Congresso do Panamá em 1826, Congresso Americano em Lima, em 1847; Congresso Continental em Santiago, em 1856, Convenção de Washington, também em 1856 e o Segundo Congresso Americano em Lima no ano de 1864.

A Conferência de Washington ocorreu entre outubro de 1889 e abril de 1890, sendo a república brasileira proclamada no mês de novembro, as atenções então foram voltadas ao Brasil e algumas mudanças foram empregadas. A primeira delas foi a substituição do chefe da delegação brasileira, Lafaiete Rodrigues Pereira, por Salvador de Mendonça a quem foi dada a instrução de ajustar-se ao “espírito americano”.³⁰

A atuação de Salvador de Mendonça foi essencial para o reconhecimento da república brasileira por parte dos Estados Unidos, mais tarde o representante se tornaria ministro plenipotenciário em Washington e sob uma atuação marcadamente pan-americanista protagonizaria as bases da aproximação entre os dois países tornando-se alvo de críticas de alguns intelectuais de sua época.

²⁷ MANIFESTO REPUBLICANO, 1870. In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida, 1878, , p.79

²⁸ ROCHA, 2009, p. 124-125

²⁹ PEREIRA, 2009, p.56

³⁰ ROCHA, 2009, p. 126

CAPÍTULO 2

Pan-Americanismo e Monroísmo: da submissão de Salvador de Mendonça às divergências entre Rio Branco e Nabuco

O alinhamento junto aos Estados Unidos teve na atuação de Salvador de Mendonça suas bases iniciais, sua mediação foi crucial em três momentos: na Conferência de Washington de 1889, na assinatura do Tratado de Reciprocidade de 1891 e durante a Revolta da Armada (1893-1894) ocorrida durante o governo de Floriano Peixoto.

Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça nasceu em Itaboraí, Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1841, atuou em diversas áreas exercendo a função de advogado, romancista, professor, ensaísta, poeta, teatrólogo e tradutor. Mas foi no desempenho diplomático e jornalístico onde conseguiu maior visibilidade.

Em 1867, ao assumir o cargo de diretor do jornal *O Ipiranga* iniciou a propaganda republicana no Brasil. Em 1870, em parceria com Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, fundou o Clube Republicano no Rio de Janeiro. Foi então redigido o histórico “Manifesto de 70”, cujo capítulo *A verdade democrática* é de sua autoria. Fundou-se também o jornal *A República* de cuja redação fazia parte juntamente com Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Soares de Meireles e Flávio Farnese.

Em 3 de maio de 1876, após ocupar os respectivos cargos de cônsul privativo do Império em Baltimore e cônsul em Nova York foi promovido a cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos. Em 6 de julho de 1889 foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial nos Estados Unidos e delegado do Brasil à 1ª Conferência Internacional Americana, onde trabalhou para o reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos

Em 12 de abril de 1890 pediu exoneração do cargo de cônsul-geral do Brasil em Nova York, mas continuou nos Estados Unidos como ministro em missão especial. Em 18 de dezembro de 1890, finda a missão especial, foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de primeira classe em Washington, cargo em que impediu que os Estados Unidos reconhecessem estado de beligerância durante a Revolta Armada do governo de Floriano Peixoto.

No dia 3 de março de 1898 foi removido da legação do Brasil em Washington para a de Lisboa. No entanto, sua remoção para Lisboa não foi aprovada pelo Senado, e ele foi exonerado desse cargo, sendo colocado em disponibilidade desde 1898. Em seus últimos anos

encarregou-se de trabalhos de tradução e escrevia artigos para *O Imparcial* e *O Século* mesmo estando cego. Nesses jornais comentava a diplomacia brasileira e recapitulava a sua própria carreira em Washington. Salvador de Mendonça faleceu em 5 de dezembro de 1913 na cidade do Rio de Janeiro.³¹

Após a proclamação da República, houve reconhecimento imediato do novo regime por parte dos Estados Unidos, James Blaine, secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1889 e 1892, chegou a autorizar o representante norte-americano no Brasil, Robert Adams, a manter relações diplomáticas com o Governo Provisório. Entretanto, pouco tempo depois o governo estadunidense informou que “o governo norte-americano faria o reconhecimento tão logo o novo regime obtivesse adesão da maioria nacional.”³² Bueno atribui essa hesitação à boa impressão que Dom Pedro II deixara no povo norte-americano em sua viagem aos Estados Unidos em 1876 e aos indícios de que o regime republicano recém instaurado poderia evoluir para uma ditadura militar.

Enquanto ministro plenipotenciário do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça foi informado de que as potências europeias não precederiam aos Estados Unidos no reconhecimento da república brasileira, durante a Conferência ele voltou-se, à delegação estadunidense argumentando sobre a conveniência de se tornarem os “padrinhos de batismo” do novo regime. Em dezembro de 1889, foi posta em votação no Senado dos EUA o reconhecimento formal da República. As opiniões a favor triunfaram: o reconhecimento serviria para “obstar as maquinações europeias, que poriam em perigo o novo regime” e dissiparia as esperanças de restauração da monarquia no Brasil.³³

No final de 1890, foi discutido o Tratado de Reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos. A mediação de Salvador de Mendonça com James Blaine foi decisiva para a firmação do acordo. Ele argumentava que a livre entrada de produtos agrícolas brasileiros nos EUA garantiria a ampliação da exportação de outros produtos, como o açúcar e isso seria capaz de restaurar a riqueza de várias províncias do norte e nordeste do país.³⁴

O tratado foi assinado em 31 de janeiro de 1891 e proclamado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos no dia 5 de fevereiro do mesmo ano. O documento assegurava a introdução de milho e seus derivados, farinha de trigo, diversos grãos, carnes, ferramentas, instrumentos e máquinas para a agricultura, mineração e mecânica, máquinas a vapor para

³¹ ABL, 2022.

³² BUENO, 2011, p.164

³³ *Ibidem*, p.164

³⁴ PEREIRA, 2009, p.77

indústrias e material para estrada de ferro em todos os portos do Brasil sem nenhuma taxaço.³⁵

2.1 A Revolta Armada

A Revolta Armada foi uma rebelião ocorrida entre os anos de 1893 e 1894 durante a ascensão do marechal Floriano à presidência, liderada pelo almirante Custódio José de Melo, “iniciou-se em nome da pureza dos princípios republicanos, todavia, adquiriu um tom monarquista”.³⁶ A rebelião repercutiu negativamente na imprensa internacional, colocou em dúvida a capacidade do Brasil se autogovernar, representou possibilidade de restauração da monarquia a ponto de tornar-se iminente o retorno de Dom Pedro II ao Brasil.³⁷

Diante das notícias, Salvador de Mendonça inquiriu ao governo estadunidense sobre a possibilidade de auxílio à República em caso de um golpe dos monarquistas. De início os EUA adotaram uma postura cautelosa, mas a subida de Saldanha da Gama³⁸ ao comando das operações, conferiu outro rumo à rebelião: a alfândega brasileira sofreu um bloqueio proibindo o desembarque de mercadorias no porto do Rio de Janeiro. Nesse momento o Governo de Washington determinou, sob a sugestão de Salvador de Mendonça, o rompimento do bloqueio

O Contra-Almirante Benham chegou a bordo do San Francisco, em 12 de janeiro de 1894, e assegurou aos navios americanos proteção para descarregar nos trapiches. “Meu dever é proteger os americanos e o comércio americano e isto eu tenciono fazer da maneira mais ampla” — disse. E cumpriu. Colocou a esquadra americana em posição de combate e ameaçou bombardear os navios do Almirante Saldanha, quando estes se opuseram à passagem de três cargueiros dos Estados Unidos. O cruzador americano *Detroit* chegou a disparar dois tiros um de peça e outro de mosquetaria — sobre o *Trajano*. Era uma “oposição tão grave quão aparatosa” que não deixava ao Almirante Saldanha outra saída senão lavar o seu “protesto pela voz do canhão”. A revolta, porém, estava no fim. Liquidada.³⁹

A ação dos EUA não se limitou ao conflito armado, a polícia secreta dos Estados Unidos vigiava os agentes do Almirante Saldanha que lá chegavam e transmitia os relatórios a Salvador de Mendonça.⁴⁰

A intervenção estadunidense veio num momento em que a diplomacia europeia inclinava-se a reconhecer o estado de beligerância⁴¹ aos revoltosos, tornando-se decisiva para

³⁵ *Ibidem*, p.90

³⁶ BUENO, 2011, p.188

³⁷ BANDEIRA, 1978, p.140

³⁸ Saldanha da Gama foi um militar da Marinha brasileira que alcançou destaque e recebeu condecorações por sua atuação na Guerra do Paraguai.

³⁹ BANDEIRA, 1978, p.143

⁴⁰ *Ibidem*, p. 144.

a vitória e permanência do governo de Floriano e do regime republicano, e serviu para mais uma vez para consolidar o protetorado estadunidense sobre o Brasil.⁴²

2.2 Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores

No mês de março de 1889, o comandante estadunidense Chapman Todd, levando a bordo o Cônsul dos Estados Unidos, K. Kennedy, subiu o Rio Amazonas na alegação de uma missão de amizade, porém essa viagem dependia de licença especial do Brasil. Essa atitude gerou manifestações populares contra o que foi considerado uma violação da soberania nacional.

John Hay reconheceu o erro de Todd, mas queixou-se de mal tratos da população amazônica contra a tripulação do navio. Essa atitude representaria o fim do problema não fosse uma denúncia publicada em 3 de junho de 1899 no jornal *Província do Pará* revelando que o objetivo da visita seria a elaboração de um acordo entre Bolívia e Estados Unidos mediado pelo ministro José Paravicini⁴³ que se encontrava em Manaus à época da chegada do cônsul a bordo do navio.⁴⁴

O acordo firmava auxílio bélico e diplomático dos Estados Unidos na defesa dos territórios bolivianos do Acre, Purus e Iaco, exigia também a criação de uma comissão no Brasil para demarcar as fronteiras entre os Rios Purus e Javari (Figura 5) e a concessão do livre trânsito das mercadorias bolivianas pelas alfândegas de Belém e Manaus. Os EUA receberiam da Bolívia um abatimento de 50 % sobre os direitos de importação de todas as mercadorias estadunidenses e de 25% sobre a borracha destinada aos portos dos EUA pelo prazo de dez anos. O não cumprimento dessas premissas implicaria na revogação do Tratado de Amizade de 1867, que anexou parte do Acre ao território brasileiro à época da Guerra do Paraguai e levaria os Estados Unidos à posse de parte do território acreano.

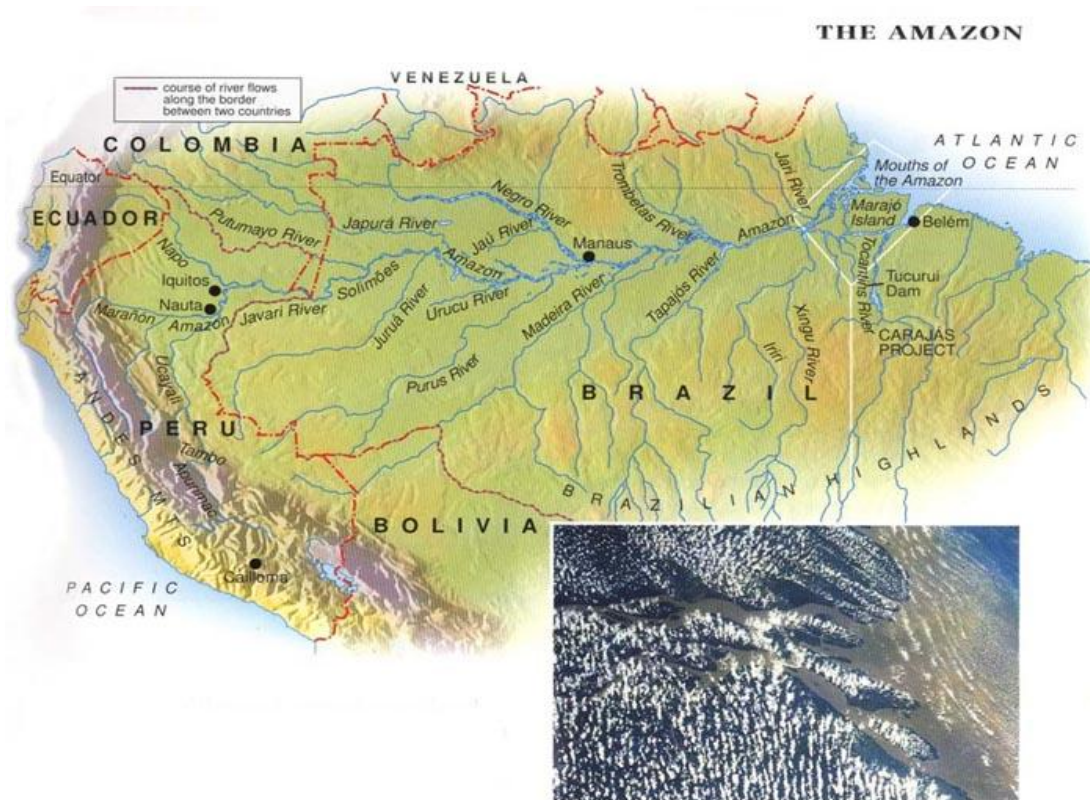
⁴¹ O reconhecimento do estado de beligerância torna as pessoas envolvidas sujeitos de direito internacional, entes de direitos e deveres no tocante à guerra, com poder de adquirir e reivindicar direitos no plano internacional. Podendo celebrar tratados, contrair empréstimos, realizar capturas e bloqueios, além de conferir ao conflito status de guerra civil. (Jusbrasil, 2015)

⁴² BUENO, 2011, p.189

⁴³ José Paravicini era o Ministro Plenipotenciário da Bolívia nos EUA responsável pelas negociações que objetivavam o estabelecimento de aduanas mistas na região do Rio Acre, medida que se seguiu à abertura de vários rios, cujo trechos navegáveis estavam quase todos em território do Brasil (BANDEIRA, 1978, p.154).

⁴⁴ BANDEIRA, 1978, p.154

Figura 5 – Rios Purus e Javari



Fonte: Bigmap

Disponível em: <https://www.mbarron.net/Amazon/bigmap.htm>

Meses antes da viagem de Todd ao território amazonense, os bolivianos haviam ocupado o Acre. O governo do Brasil considerava a região ocupada posse da Bolívia, mas um grupo de revolucionários brasileiros sob a liderança de Joaquim Domingos Carneiro formaram uma Junta Revolucionária para resistir à invasão dos bolivianos, essa Junta proclamou o Estado Independente do Acre.⁴⁵

O advento da indústria automobilística nos EUA tornou esse cenário separatista favorável ao país, a Bolívia na tentativa de impor sua soberania ao território estabeleceu um consórcio de trinta anos, intitulado *Bolivian Syndicate*, com as firmas *Cary & Withridge*, *United States Rubber Company* e *Export Lumber*, que possuíam sede em Nova York. O

⁴⁵BANDEIRA, 1978, p.153 -155

objetivo era a exploração das riquezas naturais com poderes que normalmente pertencem ao Estado. O Sindicato tinha o direito de manter uma polícia e equipar uma força armada e barcos de guerra para a defesa do território, fato que a igualava às companhias coloniais que atuavam na África e na Ásia.⁴⁶ A direção da companhia pertencia W. E. Roosevelt, primo de Theodore Roosevelt.⁴⁷

O estabelecimento do Bolivian Syndicate provocou uma série de protestos e sátiras nos jornais do Brasil, os alvos principais eram o Presidente Campos Sales sobre o qual se direcionava a acusação de não prestar socorro aos brasileiros do Acre, aos Estados Unidos (Figura 6), e à passividade da chancelaria brasileira. Salvador de Mendonça defendia os Estados Unidos afirmando que a questão do Acre decorria de tratados mal feitos.⁴⁸

Figura 6

Charge da edição 196 de 15 de julho de 1902 do Jornal do Brasil



Fonte: Hemeroteca Nacional Digital

⁴⁶ BUENO, 2011 p.203

⁴⁷ BANDEIRA, 1978, p.157

⁴⁸ *Ibidem*, p.158

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 3 de dezembro de 1902, Rio Branco colocou o território em litígio ao recorrer ao artigo 2º do Tratado de Ayacucho de 1867 que colocava a linha divisória do território em questão no sentido Leste-Oeste para o paralelo 10° 20' latitude sul (Figura 7) por meio de manobras diplomáticas em Londres⁴⁹, da vontade política de Washington e de ações militares no Acre, conservou-se a neutralidade estadunidense na questão mesmo mediante o isolamento da empresa de consórcio.⁵⁰

Figura 7

Linha divisória do Tratado de Ayacucho



Fonte: Estudo prático

Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-acre-a-bolivia-e-o-tratado-de-petropolis/>

Rio Branco e Assis Brasil, diplomata designado para trabalhar nas negociações com os bolivianos, acordaram com os plenipotenciários da Bolívia, Fernando E. Guachalla e Claudio

⁴⁹ A participação de Londres teria se deu por meio da atuação do Barão de Rothschild, agente financeiro da Grã-Bretanha no Brasil, sua atividade se deu na tentativa de intermediar uma solução pacífica, transmitindo a intenção do Brasil de pagar indenização ao *Bolivian Syndicate*, propunha também a Rio Branco que o Brasil entregasse a questão ao arbitramento à Grã Bretanha. Em seus diálogos com os EUA transmitia uma certa ameaça, ao lembrar que o *Bolivian Syndicate* enviara ao Acre um representante que fazia parte do governo do presidente Theodore Roosevelt, ressaltando que a situação poderia tornar-se delicada aos EUA, se qualquer acidente lhe acontecesse ou hostilidades irrompessem contra este. (BANDEIRA, 2000, p. 156)

⁵⁰ PEREIRA, 2005, p. 55

Pinilla, as negociações que resultaram no Tratado de Petrópolis. O Brasil comprometeu-se a construir, em território brasileiro, a Ferrovia Madeira-Mamoré, na qual a Bolívia teria livre trânsito, juntamente, com os rios, para acesso ao oceano. O Governo brasileiro também indenizou a companhia e os advogados com 114 mil libras.

O desempenho de Rio Branco na resolução do *Bolivian Syndicate* representou um verdadeiro sucesso diplomático, tendo em vista a manutenção da neutralidade estadunidense. Fato que asseguraria uma maior aproximação durante o início do século XX⁵¹ com o criação da embaixada brasileira em Washington e o estabelecimento do que ficou conhecida como a “aliança não-escrita”.⁵²

2.3 A criação da embaixada brasileira em Washington

O Brasil criou embaixada brasileira em Washington no ano de 1905, fato que representava um grande movimento nas relações diplomáticas no século XX. À época da criação, o Rio de Janeiro não contava com nenhuma embaixada no Rio de Janeiro e os Estados Unidos possuíam apenas sete, sendo apenas uma de um país latino americano (México).⁵³ Rio Branco, enquanto Ministro das Relações Exteriores, escolheu Joaquim Nabuco para comando da embaixada:

Rio Branco argumenta que o gesto nada mais era do que o coroamento lógico e natural de uma tendência manifestada desde a independência (isto é, desde que o país concebe como nação), qual seja, a “tradição de harmonia” das relações entre Brasil e EUA, patenteada em episódios como: O rápido reconhecimento norte-americano da independência brasileira; a acolhida calorosa, dada Pedro (1876); ou ainda o reconhecimento e proteção oferecidos à recém-nascida República.⁵⁴

De início Nabuco adotou uma postura não muito favorável ao alargamento das relações diplomática entre os dois países, tendo em vista a sua educação europeizada, enquanto membro da elite, seu monarquismo convicto e a instabilidade da República brasileira, encarava a ocupação do posto como um grande infortúnio como aponta Reis Pereira:

Nabuco imaginou que ganhara do amigo um grande infortúnio, já que realmente Londres lhe era uma atmosfera familiar e agradável na velha Europa, estimada por todos e de importância indiscutível. A aventura numa civilização recente do outro lado do Atlântico onde não tinha maiores intimidades ou vivência, a não ser dos dois anos (1876-77) que passara em Nova York na juventude como adido de legação, em uma política ainda por ele desconhecida e num posto sem precedente histórico brasileiro, como era o de embaixador, não agradava. Além de tudo a sua remoção de Londres para Washington poderia ser mal interpretada pela opinião pública como

⁵¹BANDEIRA, 1978, p.164

⁵²BURNS, 1996 apud HIRST, 2011, p. 15

⁵³Cf. PEREIRA, 2005, p. 74

⁵⁴SILVA, 1995 p.100

uma penalização pelo malogro do laudo arbitral em Roma, o que desprestigiaria sua imagem e seu trabalho, contudo, aceitou o posto alegando obrigação patriótica.⁵⁵

Em 1904, Nabuco comandou as negociações diplomáticas da Guiana inglesa, no qual a Inglaterra saiu vitoriosa, a perda do território gerou no diplomata uma mudança de visão, de modo que de europeísta convicto passou a defender um completo alinhamento junto aos Estados Unidos, na tentativa de proteger o país contra investidas estrangeiras.

No decorrer do mesmo, observei que a influência benéfica dos Estados Unidos na história é comprovada pela existência, pela primeira vez, de uma grande Zona Neutra, como toda a América Independente, empenhada na paz ao lado da outra Missa (a Europa formando agora, por controle, alianças, etc., um todo com a África e a Ásia), voltada para a guerra, atual ou iminente. Acrescentei então que seria uma grande perda para a Civilização se não existisse Zona Neutra ao lado da Beligerante.⁵⁶

A partir de então os movimentos de americanização dos dois estadistas tomariam rumos divergentes. Apesar de Rio Branco defender a aproximação dos Estados Unidos, ele não preconizava um desprendimento total do Brasil em relação à Europa.

Rio Branco permanecia com seu pragmatismo voltado para a manutenção da soberania territorial e via na aproximação dos Estados Unidos um aumento da capacidade brasileira de enfrentar situações de conflito. O Monroísmo em sua visão representava uma espécie de palco político na América, não uma ruptura com a tradicional relação europeia da qual o Brasil desfrutava de largos investimentos, preconizava ainda uma aliança entre os principais países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile, O Tratado ABC, que seria uma espécie de multilateralização do Pan-Americanismo.⁵⁷

Por outro lado, Nabuco utiliza dos seguintes termos para se definir: “sou um forte monorísta”, “manifesto-me monroísta”⁵⁸. Em entrevista ao Jornal *Chicago Tribune* afirmou que a adesão a Doutrina Monroe era a certeza de que “ todos dormimos profundamente com as portas abertas, enquanto ficas de vigia toda a noite”⁵⁹. O embaixador também encarava o Monroísmo como possibilidade de separação total e definitiva da Europa:

[...] Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização européia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência de nações isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o *sea-power* que só os Estados Unidos têm nela. **Monroísmo** é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir.⁶⁰

⁵⁵ PEREIRA, 2005, p. 20

⁵⁶ NABUCO apud FRANCISCO p.116, tradução nossa.

⁵⁷ FONSECA, 2012, p. 573-591.

⁵⁸ NABUCO apud PEREIRA, 2005, p. 120

⁵⁹ *Ibidem* p. 282

⁶⁰ NABUCO apud FRANCISCO, p. 117

Com relação ao Tratado ABC, Nabuco encrava como uma comprovação da falta de priorização de Rio Branco pela relação com os Estados Unidos. Para ele uma aliança entre países sul-americanos poderia gerar “atos de ressentimento por parte dos Estados Unidos.”⁶¹

2.4 A Conferência de Haia de 1907

As divergências entre Nabuco e Rio Branco ganharam uma maior transparência durante a realização da Conferência de Haia em 1907. Em um primeiro momento, por escolha do chanceler, Nabuco ficou incumbido de ser o chefe da delegação que representaria o Brasil na conferência, entretanto, uma campanha realizada pelo Jornal *O Correio da Manhã* deu preferência à participação de Rui Barbosa, Rio Branco indicou-lhe então como presidente da delegação, transferindo a Nabuco o posto de segundo delegado.

Nabuco não aceitou a proposta, alegava que indo como segundo delegado sua autoridade como embaixador em Washington ficaria diminuída, pois nenhuma nação havia mandado para a primeira conferência de Haia um embaixador em tal função. Nesse período, Nabuco sofria de arteriosclerose e policitemia, utilizando seu quadro de saúde como motivo para recusa do convite.⁶²

José Carlos Reis Pereira elenca dois momentos na conferência de Haia. Um em que Rui Barbosa, sendo reconhecido apenas como representante de uma nação de pouca relevância internacional, foi visto por grande parte dos delegados com irritação por conta dos seus longos discursos e intervenções em quase todas as questões discutidas nas comissões. E o segundo em que a figura de Barbosa começaria a se elevar para ser conhecida mais tarde como “a águia de Haia”: após mais uma das muitas intervenções que Rui Barbosa estava fazendo, o presidente de uma das comissões advertiu sobre o caráter apolítico em que consistia a assembleia. Nesse momento, o brasileiro tomou novamente a palavra e definiu o conceito de política, tornando-se uma figura de destaque no encontro.⁶³

Em um momento próximo a essa projeção de Rui Barbosa algumas questões foram postas em votação, a partir de então o Brasil discordaria dos EUA em praticamente todas as questões que surgiriam, não podendo ser mais visto como caudatário da política norte-americana.

Pereira reitera que essa postura não era fruto de uma antipatia, mas da percepção tanto de Rui quanto de Rio Branco sobre como deveria ser tratado temas importantes para o interesse nacional brasileiro.

⁶¹ FRANCISCO, 2010, p. 138-139

⁶² PEREIRA, 2005, p. 169

⁶³ *Ibidem*, p. 171

A constituição da Corte de Arbitragem também estaria por trás dessa posição dos diplomatas. Rio Branco demonstrava-se desconfortável aos desígnios que esse tipo de instituição poderia conferir:

O seu problema de essência para Rio Branco era que o chanceler não achava interessante ter designados árbitros previamente escolhidos para resolver conflitos que pudessem surgir entre o Brasil e qualquer outro país do mundo. Isso diminuía a autonomia nacional e colocava em questão a soberania do Estado.⁶⁴

A constituição dessa corte era dividida da seguinte forma: dezessete juízes, sendo nove permanentes, indicados pelas oito grandes potências da época mais a Holanda (por ser a sede do encontro) e os oito juízes restantes, por oito grupos de nações. O Brasil se encontrava junto com mais nove países americanos.

Essa organização desagradou a Rio Branco e Rui Barbosa, já que dessa maneira o Brasil se colocava em posição de um país de terceira categoria atrás de países europeus com menos população e tamanho.

Diante disso, Rio Branco pediu que Rui Barbosa apresentasse um plano alternativo no qual cada nação teria o direito de nomear um juiz, embora várias nações pudessem fazer em conjunto a mesma nomeação, se assim o desejassem. A rejeição da proposta deu início a uma grande variedade de soluções que objetivavam um assento permanente para o Brasil, essas propostas colocavam o Brasil mais perto das potências e excluía as nações da América Latina e outras pequenas nações de vários continentes. Por esse caminho, o prestígio do Brasil diminuía e a antipatia por parte dos países fracos aumentava.

Percebendo que sem apoio da delegação estadunidense nenhuma propositabrasileira seria aprovada e aceitando o fato de que esse apoio se tornara inviável devido às discordâncias ocorridas durante a conferência, Rio Branco determinou um retorno imediato à proposta original do direito de cada nação nomear um juiz na intenção de buscar uma saída mais honrosa e obter algum crédito.

Ao final da conferência Rui Barbosa repercutiu entre elogios e ataques e foi considerado uma referência de defesa das pequenas nações. Muitas nações o seguiram, fato que acabou determinando o abandono das pretensões de criação da Corte de Arbitragem. Dessa maneira a Conferência de Haia propiciou um redimensionamento da importância do Brasil ao ser encarado como defensor da igualdade irrestrita entre os Estados.

Nabuco ficou desapontado com o desenvolvimento e o desfecho da conferência, logicamente para ele teria sido mais importante manter a cooperação com os Estados Unidos, achou inconsequente a atitude de ter alimentado divergências contra as grandes potências,

⁶⁴PEREIRA, 2005, p. 172

especialmente na vitória contra a Corte apoiada pelos Estados Unidos, por que “derrotar os Estados Unidos é uma vitória néscia para qualquer nação”⁶⁵ “mil vezes não termos ido à Haia do que sairmos de lá com a nossa inteligência com os Estados Unidos enfraquecida e abalada”⁶⁶

Já para Rio Branco, a cooperação com os Estados Unidos não fazia sentido em ser mantida, já que não serviu para alçar o Brasil a um nível melhor nos debates, mas sim para rebaixá-lo. Para o chanceler, a discordância serviria ainda para lhe proporcionar prestígio internacional com a defesa do conceito de igualdade entre as nações.

Essas divergências entre Rio Branco e Nabuco refletiram na escolha de seu sucessor na embaixada de Washington após a morte do embaixador em 1910. Rio Branco delegaria a um discípulo seu essa missão: Domício da Gama cuja atuação foi marcada por discursos e propostas que confrontavam diretamente as ações imperialistas dos EUA. Contemporâneo a Eduardo Prado, concordava em parte com a obra *A ilusão Americana* do escritor paulista.

⁶⁵ Diário de Nabuco de 04/09/1907 apud PEREIRA, 2005, p. 176

⁶⁶ Nabuco em carta a Graça Aranha apud PEREIRA, 2005, p. 177

CAPÍTULO 3

Críticas ao imperialismo estadunidense a partir da atuação de Domício da Gama e da obra de Eduardo Prado

As ideologias expansionistas estadunidenses acreditadas por Salvador de Mendonça e Nabuco encontraram na visão de Eduardo Prado e na atuação de Domício da Gama comprovações de inexistência e de formas de abuso de poder.

3.1 A ilusão americana de Eduardo Prado

Eduardo Paulo da Silva Prado, nascido em 27 de fevereiro de 1860 em São Paulo numa tradicional e abastarda família paulista, era filho de Martinho da Silva Prado e de Veridiana da Silva Prado, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas dedicou-se também a estudos históricos, tendo publicado uma obra sobre Anchieta. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de sócio correspondente. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupou a cadeira nº 40.

Durante algum tempo trabalhou como adido na delegação brasileira em Londres, atuou também como colaborador do jornal *Correio Paulistano* onde assinava artigos de crítica literária e política internacional. Faleceu em 30 de agosto de 1901, passando seus últimos anos de vida numa fazenda no interior paulista.⁶⁷

Como o alinhamento junto aos Estados Unidos era o reflexo da adoção do regime republicano, sua obra possui também uma postura monarquista. Em sua escrita fica evidente, a confiança de quem fala considerando-se com muita razão, a ira contra a crença no Pan-Americanismo e no monroísmo, sua desaprovação pela república e a certeza de uma inviabilidade de implantação do sistema republicano no Brasil.

Seu livro *A ilusão americana* teve sua primeira edição (1893) apreendida pela polícia republicana. À época governava o país Floriano Peixoto, que havia sido beneficiado pela amizade estadunidense durante a Revolta Armada. A permissão para circulação e reimpressões não seria vista com bons olhos pelos Estados Unidos.

Já no primeiro capítulo ele considera pueril a crença na necessidade do estabelecimento da amizade entre os dois países por ambos serem repúblicas e por estarem no

⁶⁷ ABL, 2022

mesmo continente, para isso aponta a França e a Suíça, únicas repúblicas na Europa e que nem por isso sustentam alguma fraternidade.

Afirma que a fraternidade americana não existe:

Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa. O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que em sangrentíssimas guerras com a República de El Salvador, inimiga rancorosa da Nicarágua, feroz adversária de Honduras, que não morre de amores pela República da Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas estas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde fica a confraternização das repúblicas?⁶⁸

A independência das nações americanas também não seriam fruto da proteção dos Estados Unidos, mas da força moral e viabilização da Inglaterra.⁶⁹

Prado coloca a Doutrina Monroe como apenas palavras pronunciadas com o intuito de embelezar a oratória de James Monroe e não um compromisso ou aliança dos Estados Unidos, cujas atitudes e omissões demonstravam claramente a inexistência de uma aliança.

Dentre essas atitudes estaria a hostilidade à independência qualquer de países dispostos a abolir a escravidão como foi o caso do Haiti: o reconhecimento da Independência do Haiti por qualquer país era motivo para a ruptura das relações diplomáticas com os Estados Unidos. Henry Clay, mandatário na Câmara dos representantes e no Senado teria pedido ao México e à Colômbia que adiassem a sua expedição libertadora de Cuba e ao ser lembrado da mensagem de Monroe teria respondido “a mensagem continha com efeito uma promessa, mas que os Estados Unidos tinham-na feito a si mesmos e não a um outro país, e que por isso nenhum país tinha o direito de exigir o cumprimento da mesma promessa.”⁷⁰

Outro exemplo seria o expansionismo inglês sobre o Canadá e principalmente nas Ilhas Malvinas, onde os Estados Unidos teriam inclusive contribuído com sua força naval.

O caso do Texas também refletiria a inexistência da fraternidade e proteção estadunidense e de seu caráter imperialista. Os revoltosos que travaram a guerra que gerou a independência foram incentivados e subsidiados pelos estadunidenses, que tiveram pressa em reconhecer a independência do território visando a sua anexação⁷¹

O escritor traz também em sua obra uma declaração categórica de William Evarts, um secretário de estado dos Estados Unidos, sobre o Pan-Americanismo :

A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: Para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do norte. Começemos pelo nosso caro vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo . A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para

⁶⁸ PRADO, 2010, p. 12

⁶⁹ *Ibidem* p.18

⁷⁰ *Ibidem* p. 18

⁷¹ *Ibidem* p.25

quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto. Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do pólo norte ao pólo austral.⁷²

Prado enumera vários casos em toda a América do Sul tais como o Peru com a escravidão de chineses pelos EUA em suas terras, ou o fornecimento de embarcações de má qualidade com posteriores naufragos como foi com o Paraguai e o Uruguai, a exigência de indenizações injustas, conclui por fim que “Não há nação latino-americana que não tenha sofrido nas suas relações com os Estados Unidos.”

O autor dedica a segunda parte de seu livro ao Brasil. Dentre os eventos citados está a Guerra do Paraguai. Ele afirma que o ministro americano Mac-Mahon escrevia para os jornais americanos calúnias contra o Brasil: na versão deste as mortes atribuídas a López teriam sido provocadas pelos brasileiros, dizia também que o povo brasileiro era fraco e efeminado, “que o seu exército era composto de escravos e galés”, que a honra nacional na zona tórrida “é coisa bem diversa da honra nacional americana”⁷³

Outra questão trazida pelo autor foi o pagamento de uma indenização no valor de 14.252 libras num momento em que o Brasil se recuperava da Guerra do Paraguai. A situação geradora desse prejuízo foi a barca peruana *Carolina*. Essa embarcação aportou em Santa Catarina, no ano de 1842, onde não havia cônsul peruano, por esse motivo as autoridades nomearam uma comissão de exame que considerou irregular a situação do navio, o qual foi vendido de conformidade com as leis comerciais brasileiras.

No entanto, a condenação do navio foi considerada fraudulenta pelos EUA, sendo por isso revogada e sua venda anulada, mas o capitão que havia comprado a barca já havia desaparecido com o dinheiro. O não pagamento da dívida implicaria no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, dessa forma o Brasil se viu obrigado a pagar: na Europa a notícia de um rompimento com os Estados Unidos seria prejudicial ao Brasil.

Em 1872, o ministro do Brasil em Washington, Carvalho Borges, pediu revisão do caso, o advogado do governo estadunidense opinou que o Brasil tinha sido vítima de uma extorsão, devendo lhe ser restituída com os respectivos juros. Em conformidade com esse parecer foi entregue à legação brasileira a quantia de 5.000 libras, faltando ainda 9.252 que a legação reclamou. Só em 1874 é que finalmente o governo de Washington reembolsou o Brasil da quantia total.⁷⁴

⁷²PRADO, 2010, p.36

⁷³*Ibidem*, p. 63

⁷⁴*Ibidem*, p. 65-66

Eduardo Prado discorre também sobre as atitudes imperialistas sobre o Rio Amazonas, entre essas ações aponta o envio de agentes diplomáticos para o Peru e para a Bolívia, com o objetivo de levantarem os governos desses países contra o Brasil e de os aconselharem a pedir o auxílio dos Estados Unidos. Matthew Fontaine Maury, geógrafo estadunidense chegou a elaborar produções intelectuais, nas quais argumentava sobre o “direito” dos Estados Unidos de forçarem o Brasil a abertura do Amazonas à navegação.

Prado é claramente monarquista e usa de sua desaprovação ao regime republicano para afirmar que a adoção do novo regime é uma imitação dos brasileiros na forma de encarar a abolição da escravatura:

Tomemos, por exemplo, os Estados Unidos e o Brasil, ambos em frente do mesmo problema: a abolição da escravatura: tiveram os Estados Unidos a sua solução genuinamente republicana e norte-americana, isto é, a solução pela violência, pela força, pelo grande fragor da guerra fratricida. Teve o Brasil uma solução genuinamente brasileira e monárquica, a solução que todos vimos, solução que excedeu os sonhos dos otimistas mais humanitários. Porventura deveremos envergonhar-nos da solução que soubemos e podemos dar ao problema e sentir o não termos imitado os Estados Unidos também nesse ponto?⁷⁵

Eduardo Prado criticou também o Tratado de Reciprocidade de 1891, esclarecendo que o café era uma necessidade para os EUA, já que eles não o produziam, assim um imposto sobre a entrada do café recairia sobre o consumidor americano. Sendo um dos maiores produtores de café, o Brasil tinha necessariamente que exportar para o mercado estadunidense, portanto a isenção de direitos sobre o café brasileiro jamais deveria ser vista como um favor feito ao Brasil.

Uma das partes do Tratado que beneficiaria o Brasil era a isenção de impostos sobre o açúcar, contudo esta isenção não foi concedida só ao produto brasileiro, um tratado anterior já dava livre entrada aos açúcares do Havá.⁷⁶

Somada a lista de prejuízos trazidos com o Tratado de 1891 estava a priorização dada ao trigo estadunidense. O tempo de transporte afeta a qualidade do produto final, mesmo assim o Brasil ignorou a quantidade de moinhos de trigo existentes no Brasil e os produtores de trigo vizinhos como a Argentina, Prado descreve a situação como um verdadeiro desastre:

Havia no Brasil muitos moinhos de moer trigo em que estavam empregados capitais importantes e grande número de trabalhadores. Estas empresas ficaram arruinadas, os trabalhadores sem trabalho e o consumidor lesado, desde que as farinhas americanas, pelo tratado, foram admitidas livres de direitos. Não há quem tenha esquecido os importantíssimos depoimentos em que a grande maioria dos negociantes, dos industriais e dos financeiros do Brasil, em cartas escritas ao Jornal

⁷⁵ PRADO, 2010, p. 79

⁷⁶ *Ibidem*, p. 89-90

do Comércio, se manifestaram, em quase unanimidade, contra o desastroso tratado.
77

Para finalizar, Prado menciona as diferenças de tratamento e algumas descortesias sofridas pelos representantes brasileiros, inclusive o próprio Salvador de Mendonça, que protagonizou o Tratado de 1891. Afirma, entre outras coisas, que dos Estados Unidos nunca veio nenhum auxílio para as indústrias do Brasil, tampouco para a lavoura ou para a viação férrea, enquanto da Inglaterra havia perto de quatrocentos mil contos de réis empregados em empréstimos ao Governo ou em caminhos de ferro e outras indústrias. E que todas as ocasiões de contato com os Estados Unidos foram oportunidades para se convencer de que a amizade entre os dois países é unilateral sendo nula e interesseira na parte que cabe aos EUA.⁷⁸

Domício da Gama, embaixador brasileiro no EUA, pautava suas ações no pensamento de Eduardo Prado. Mantinha, em sua coleção particular na Academia Brasileira de Letras, a segunda edição do livro *A ilusão americana* e nela uma dedicatória do autor datada de 30 de novembro de 1885. No livro várias passagens estavam marcadas dentre elas os trechos que afirmavam que a pretensão de identificar o Brasil com os Estados Unidos é o mesmo que pretender dar a Portugal as instituições da Suíça e outro que afirmava serem fictícios os laços entre o Brasil e a república americana, não existindo afinidade real e duradoura entre os dois países.⁷⁹

3.2 Domício da Gama

Domício Afonso Forneiro, nasceu em Maricá, estado do Rio de Janeiro, atuou como jornalista, diplomata, contista e cronista. Fez parte do quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras.⁸⁰ Possui datas de nascimentos desiguais na sua lápide e no livro de batismo de sua cidade, tendo nascido entre 1861 e 1863.⁸¹ Foi embaixador do Brasil em Washington de 1911 a 1918, sucedendo a Joaquim Nabuco após sua morte. Faleceu em 8 de novembro de 1925.

Domício da Gama adotou uma postura oposta à do seu antecessor. Joaquim Nabuco era um monroísta convicto, totalmente favorável à ação interventora dos Estados Unidos, considerando essa postura como uma espécie de proteção e segurança, como uma garantia de afastamento daquela que considerava como a zona beligerante. Já Domício da Gama

⁷⁷ *Ibidem*, p.90

⁷⁸ PRADO, 2010, p.99-109

⁷⁹ *Ibidem*, p. 287

⁸⁰ ABL, 2022

⁸¹ FRANÇA, 2007 p. 21-22

acreditava que o verdadeiro caráter da Doutrina Monroe era a falta de reciprocidade, posicionava-se contra qualquer tipo de ação intervencionista e era desconfiado da amizade estadunidense:

[...] Nós sabemos que os Estados Unidos não querem alianças nem mesmo amizades íntimas, que lhes criam obrigações. Nenhum povo do mundo tem o orgulho deste. Inglaterra, Alemanha, talvez Japão, nações com esquadras mais mortas que a deles, podem inspirar-lhes respeito. O resto é desprezível, quando muito mercados para os seus produtos [...]⁸²

Defendia uso de gentilezas como forma de retribuição e não como algo que devesse ser praticado de forma adiantada. Gama tinha a convicção de que em alguns casos gentileza e boa vontade poderiam ser tomadas como fraqueza e que essa era a forma que os Estados Unidos enxergavam o Brasil, a prova disso era a perda do potencial de negociação dos representantes brasileiros, fato que seria fruto do alto grau de concessões feitas aos EUA.⁸³

A postura mais adequada para ele era ter conhecimento de suas potencialidades como aliadas na construção de uma maior autonomia e segurança. Um programa político internacional ideal para o Brasil deveria ser baseado na manutenção de amizades equilibradas e no zelo da soberania brasileira, essa visão política foi por ele denominada como *Self Made Nation*:

[...] E eu sugeriria a V. Exa. que fosse este um dos pontos de empenho do seu programa político: mostrar-nos ao mundo como uma *Self Made Nation*, desenvolvendo-se sem prejuízo do direito alheio, entretendo amizades na mesma linha de nível, cônica da sua responsabilidade, zelosa da sua soberania.⁸⁴

Essa visão política teria se originado durante a Revolta da Armada quando Gama começou a pensar sobre os efeitos de uma intervenção estrangeira no Brasil. O *Self Made Nation* constituía defesa de uma não intromissão em assuntos internos de um estado que deve manter a dignidade nacional, preconiza uma nação zelosa de sua soberania e cônica da soberania alheia, na independência de tomar decisões e de como se portar no meio sem buscar pelo aval de um terceiro Estado ou por ceder a pressões internacionais, tendo como fundamento conhecimento e visão de sua própria força enquanto sinônimo de segurança.⁸⁵

Durante sua atuação como embaixador nos Estados Unidos, Gama manteve seus discursos e atitudes pautados nessas convicções. Essa postura foi fundamental no ano de 1912 quando o café brasileiro passava por uma superprodução e uma baixa de preços.

3.3 Domício da Gama e a questão do truste do café

⁸² Domício da Gama apud VINHOSA, 1981, p. 58

⁸³ *Ibidem*, p. 298-299

⁸⁴ Domício da Gama em ofício a Lauro Müller apud FRANÇA, 2007 p. 304

⁸⁵ FRANÇA, 2007 p. 278-279

Entre o fim do século XIX e início do século XX o café brasileiro sofreu uma queda de preço nos mercados estadunidenses. Nessa época os Estados Unidos eram o maior consumidor mundial de café e as exportações brasileiras eram controladas por firmas estadunidenses que ao serem noticiadas sobre uma superprodução desvalorizavam o preço do café exportado, mas mantinham o preço no mercado estadunidense, essa prática trazia grandes prejuízos aos cofres brasileiros. Mesmo diante dessas manobras de desvalorização os produtores mantinham a produção em alta.

Os altos lucros alcançados no final do século XIX contribuíram para essa grande safra. A planta do café tem um ciclo de vida longo, de quatro a seis anos para frutificar, sem a previsibilidade dessas variações de mercado, os produtores assumiram o risco de expandir as plantações gerando uma crise que teve seu auge em 1906.⁸⁶

Além dos prejuízos com a venda do café nos Estados Unidos, internamente, a falta de autonomia nas negociações do café, geravam uma depreciação do café nacional em relação aos outros cafés. Os cafés que ficavam em território brasileiro eram de qualidade inferior, por conseguinte, mais baratos, ocasionando em uma desvalorização e venda a preços muito baixos para os outros estados.⁸⁷

Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo eram os principais exportadores de café, no entanto, apenas São Paulo participou das negociações por conta de uma manobra política: nesse período o presidente em exercício era Afonso Pena, mineiro, tinha interesse em combater a hegemonia paulista no governo republicano. De início optou por não se responsabilizar a sustentar a produção cafeeira. Em um segundo momento mudou de ideia e aceitou contrair o empréstimo desde que a compra do café beneficiasse os cafés de qualidade inferior produzidos por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Pressionado pela necessidade do empréstimo do governo federal, São Paulo foi obrigado a comprar os cafés de qualidade inferior de Minas e São Paulo, seguindo, por esse motivo, sozinho nas negociações externas de valorização da produção cafeeira dos três estados.⁸⁸

O governo do Estado de São Paulo negociou com alguns comerciantes europeus que, por sua vez recorreram a um sindicato de banqueiros, os quais a partir de 1908 passaram a assumir as operações de exportação do café a partir do adiantamento de 75 milhões de dólares ao Estado de São Paulo em troca de 7 milhões de sacas de café. Nos Estados Unidos as

⁸⁶ PINTO, 2005, p. 119-120

⁸⁷ *Ibidem*, p. 122

⁸⁸ *Ibidem*, p. 124-127

vendas ficaram a cargo de um Comitê de Valorização liderado por um atacadista chamado Herman Sielcken.

A forma escolhida para alcançar o aumento do preço do café foi a venda direta as comerciantes, sem passar pela bolsa de valores o que tornava o café artificialmente escasso, por conseguinte, mais caro. Essas práticas de valorização iam de encontro à política antitruste do Presidente em exercício, William Taft. Diante dos protestos e da pressão da imprensa, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos iniciou uma investigação, o assistente do Procurador Geral dos Estados Unidos, William Chantland, concluiu que o plano visava estabelecer um valor diferente do estabelecido pelo mercado recomendando a abertura de um processo nos termos da lei Wilson-Gorman de 1894. Essa lei reduzia algumas tarifas sobre determinadas importações para os Estados Unidos, mas acrescentava um imposto de renda federal de 2% sobre as receitas obtidas,⁸⁹ sem a passagem pela bolsa isso não seria possível, assim em maio de 1912 o café estocado foi posto à venda.⁹⁰ A venda judicial levaria a uma queda e à não manutenção dos preços e os poderes públicos brasileiros ficaram proibidos de reter o café.⁹¹

Em 27 de maio de 1912, ocorreu uma reunião da Sociedade Pan-americana, na qual Domício da Gama compunha a mesa, em seu discurso Gama deixou clara a insatisfação causada pela questão do truste do café:

[...] Eu tencionava dizer-vos tudo isso [...] quando as minhas esperanças de uma nova era nas nossas relações commerciaes receberam um rude golpe com o endosso do Governo Americano de um tanto arbitraria e inteiramente revolucionaria doutrina de pagar a mercadoria dos outros não a preço que eles pedem mas o que os Estados Unidos, isto é, os negociantes americanos quiserem pagar por ela. Enfatizando que "o empenho de estabelecer o seu direito de imiscuir-se com a propriedade de um Estado estrangeiro, certos funcionários deste governo foram até proclamar perante um tribunal de justiça americano a perda da soberania daquele Estado estrangeiro e com isso com um descuido da consideração devida a um governo amigo que toca os limites da descortesia internacional. Bem vedes, pois, Sr. Presidente nós sul-americanos ainda temos muito que aprender dos novos métodos americanos de tratar com paizes estrangeiros, assim como os americanos ainda tem que aprender o caminho dos nossos corações. Este será um dos propósitos da Sociedade Panamericana e eu cordialmente desejo e espero poder algum dia fazer aqui 'o discurso da minha vida' vindo dar-vos testemunha de que esse esplêndido resultado foi plena e felizmente atingido"⁹²

Lauro Müller, então ministro das Relações Exteriores, enviou-lhe um telegrama reprovando o teor do discurso, Gama, temendo o enfraquecimento do processo do café, pediu

⁸⁹ Alegsaonline.com, 2020

⁹⁰ BUENO, 1998, p. 21- 23

⁹¹ FRANÇA, 2007 p. 307

⁹² *Ibidem* p. 313

a ele a não divulgação de seu posicionamento, entretanto sentia-se satisfeito consigo mesmo e evidenciava a repercussão positiva de seu discurso:

Vários americanos me tem dito que o meu governo deve estar orgulhoso de mim, que assim soube falar a americanos [...]. E dentro do Gabinete sei de alguns ministros que tomaram o meu partido (um delles m'o disse). Homens de negócio me tem escripto applaudindo-me.⁹³

Gama acreditava também que os estadunidenses apreciavam franqueza e lealdade e que “esta gente prática não é dada a ressentimentos injustos e sabe reconhecer direitos bem defendidos”⁹⁴

Seu discurso também foi noticiado em vários jornais de Nova York: *The New York Times*, *The Evening Star*, *The Globe and commercial advertiser*, *The Jornal of commerce*, *The Sun*; também em Buenos Aires: *La Prensa*, *La Argentina*, *La Gaceta de Buenos Aires*, *La Nación*, *El Diário*, *La Mañana*; em Londres: *Times*, *Daily Standard* e *Financial Times*.⁹⁵

O discurso de Domício da Gama gerou também algumas ações, o Procurador Geral que havia declarado a venda e a perda da soberania do governo de São Paulo sobre o café brasileiro pediu demissão e a procuradoria reafirmou que o processo era movido contra indivíduos e comerciantes e não contra o Brasil.

A prova da insatisfação do chanceler Lauro Müller veio em novembro de 1912 através de um convite para que este fizesse parte da delegação brasileira de Londres. O pedido de Müller não foi atendido, para Gama o aceite a esse convite soaria nos EUA como “fraqueza política e de caráter nacional”.⁹⁶

O processo foi encerrado em maio de 1913. Em março de 1913 teve início a gestão do presidente Thomas Woodrow Wilson e a pedido de Müller, Gama pediu a revisão do caso do café. A revisão resultou na retirada do processo em 17 de abril de 1913 e no seu encerramento por acordo mútuo em 29 de maio do mesmo ano.

Essa atuação marcada pelo pragmatismo e pela defesa da soberania nacional tem influência direta na relação de amizade entre Domício da Gama e Rio Branco, segundo Tereza Cristina França, Gama foi a pessoa mais próxima ao barão do Rio Branco, sendo parte do seu espaço familiar e sujeito fundamental para o desenvolvimento de seus trabalhos diplomáticos. A proximidade era tanta que, à ocasião de sua morte, o escritor Mário de Alencar disse a

⁹³*Ibidem* p. 303.

⁹⁴FRANÇA, 2007, p. 314

⁹⁵*Ibidem*, p. 314-315

⁹⁶*Ibidem*, p. 317

Domício da Gama em correspondência que, além da família, ninguém mais tinha direito a receber pêsames do que ele “que o conhecia como poucos, que o queria como ninguém.”⁹⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XVIII e na maior parte do século XIX, a relação Brasil-Estados Unidos foram pautadas em transações comerciais que tinham como objetos principais o café brasileiro e o algodão estadunidense tendo também na Amazônia motivos de trocas e conflitos.

A figura de Dom Pedro II exerceu um papel fundamental na aproximação entre os dois países, o monarca permitiu a abertura do Rio Amazonas à navegação em 1866 e firmou uma união aduaneira em 1887.

A mudança de regime de governo da monarquia para a república definiu a necessidade de uma maior aproximação dos Estados Unidos tendo em vista o seu prestígio no panorama internacional enquanto nação republicana no continente americano.

Aliada à instauração de regimes republicanos no continente americano, a demanda por matérias-primas e de mercado consumidor gerada pelo advento da industrialização nos EUA no fim do século XIX levou à propagação de discursos e aparatos ideológicos, como o Destino Manifesto, Doutrina Monroe e Pan-Americanismo , por parte dos EUA com o objetivo de recriar um sistema colonial mais camuflado, com um aspecto paternalista benevolente que permitisse o fornecimento de insumos.

O imperialismo estadunidense ganhou maior vazão em terras brasileiras a partir da crise monárquica centrada na abolição da escravatura e no colapso econômico do fim desse período, momento no qual o movimento republicano preconizou um redirecionamento no cenário internacional de Londres para Washington. A partir desse momento a marcha junto aos Estados Unidos equivalia a manutenção da titularidade de república e da soberania territorial.

No entanto esse aumento das esferas de influência dos Estados Unidos somado ao fortalecimento de sua frota naval bem como o “paternalismo” exercido por eles constituíram fontes de abuso de poder e violação da soberania de outros países deixando claro que as

⁹⁷*Ibidem*, p. 298

ideologias preconizadas por eles não significavam cordialidade e, mas tinham em seu cerne a satisfação de seus próprios interesses.

No Brasil as práticas imperialistas estadunidenses tiveram êxito em alguns momentos dentre eles, o Tratado de Reciprocidade de 1891 e do controle exercido sobre a venda do café no início do século XX, mas encontraram obstáculos a partir da negação da construção da binacional de colonização da Amazônia, da definição dos limites territoriais protagonizada por Rio Branco e da repercussão do caráter denunciativo do discurso de Domício da Gama na Sociedade Pan-americana.

O imperialismo estadunidense encontrou fortes adeptos no Brasil, tendo em Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco seus principais representantes. Salvador de Mendonça, a partir da implantação do regime republicano no Brasil, fez concessões comerciais que prejudicaram a relação com os vizinhos latino-americanos e permitiu a invasão e espionagem em terras brasileiras. Não fosse o posicionamento pragmático e sóbrio de Rio Branco em oposição a credulidade ingênua de Joaquim Nabuco, o Brasil teria sofrido maiores intervenções. Além de Rio Branco, a atuação de Domício da Gama pautada nas ideias de Eduardo Prado, foi fundamental para que, a nível internacional, os intentos estadunidenses fossem evidenciados e tivessem imposição de limites.

Nesse sentido, a atuação de Salvador de Mendonça e Nabuco e o reconhecimento dos verdadeiros interesses dos EUA por parte de Rio Branco, Domício da Gama e Eduardo Prado foram complementares entre si, à medida em que somadas, permitiram a implantação e estabilização do regime republicano e impediram o avanço desmedido do imperialismo dos EUA no Brasil.

FONTES DOCUMENTAIS

ABRANCHES, Dunshee. **Tratados de commercio e navegação do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

ALVIM, Cesario. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro : Typofgraphia da Reforma, 1876

MANIFESTO REPUBLICANO de 1870. In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o 2º Império : primeira parte : exposição de princípios**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

Jornal O Novo Mundo

Jornal do Brasil

BIBLIOGRAFIA GERAL

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Domício da Gama**. Disponível em:<<https://www.academia.org.br/academicos/domicio-da-gama/biografia>> Acesso em: 17 de outubro de 2022

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Eduardo Prado**. Disponível em:<<https://www.academia.org.br/academicos/eduardo-prado/biografia>> Acesso em: 17 de outubro de 2022;

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Salvador de Mendonça**. Disponível em:<<https://www.academia.org.br/academicos/salvador-de-mendonca/biografia>> Acesso em: 7 de setembro de 2022.

ALENCAR, José de. **Systema representativo**. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1868

ALEGSAONLINE.COM. **Wilson–Gorman Tariff Act**. Disponível em:<<https://pt.alegsaonline.com/art/108403>> Acesso em: 23 de outubro de 2022.

AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. **Tempo**, nº 18, pp.77-123. Rio de Janeiro: 2005.

BANDEIRA, L. A. M. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.43,n.2,p.150-169,2000.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BUENO, Clodoaldo. **Relações Brasil-EUA na Primeira República: Uma Referência para a atual tensão Mercosul-Nafta**. São Paulo: Instituto de ensinos avançados da Universidade de São Paulo, 1998.

BUENO, C.; CERVO, Amado L. **História da política exterior do Brasil**. 4ed. Brasília: Ed.UnB, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras: 1990

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.

FONSECA JR, Gelson. Rio Branco diante do Monroísmo e do Pan-Americanismo : anotações. (p.565-602). In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.) **Barão do Rio Branco : 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDIGITAL: Memória. Império do Brasil | D. Pedro II na exposição do Centenário da Independência Dos Estados Unidos em 1876**. Rio de Janeiro, 04 de julho de 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imperio-do-brasil-d-pedro-ii-na-exposicao-do-centenario-da-independencia-dos-estados-unidos-em-1876/>>. Acesso em: 26 de maio de 2022

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. **Self Made Nation : Domicílio da Gama e o pragmatismo do bom senso**. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. **Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

HAAG, Carlos. O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 156, fevereiro, p.80-85, 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-dia-em-que-o-brasil-disse-nao-aos-estados-unidos/>. Acesso em: 28 de maio de 2022;

HIRST, Mônica Ellen Seabra. **As Relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JUSBRASIL. **O Estado no âmbito do Direito Internacional**. Disponível em: <<https://fabiollee.jusbrasil.com.br/artigos/338600587/o-estado-no-ambito-do-direito-internacional>> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

MANIFESTO REPUBLICANO de 1870. In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o 2º Império : primeira parte : exposição de princípios**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

PRADO, Eduardo. **A ilusão Americana** 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

PEREIRA, Gabriel Terra. **A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2005.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. **As políticas públicas de incentivo ao cooperativismo em Minas Gerais, 1903-1922**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROCHA, Regina da Cunha. **Parlamento e política exterior na República (1889-1930): da sombra à luz, uma história política**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Alexandra de Mello. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira. **Estudos Históricos**, v.6, n.15, p.95-118, 1995.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. (p.376-429). In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. 8º Vol. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **Domício da Gama e a questão do truste do café (1912-1913)**. Revista do IFCS, 1 (1), p. 55-59,1981.